

MULHERES, DOCÊNCIA E INTERSECCIONALIDADES: possibilidades de pesquisa

*Alexandra Lima da Silva
Blanca Susana Vega Martínez
Maria Celi Chaves Vasconcelos*

Resumo

A Seção Temática da Linha Gênero, Raça e Interseccionalidades tem como objetivo reunir artigos que evidenciam pesquisas sobre *Mulheres, docência e interseccionalidades*. A proposta buscou reunir um conjunto de discussões acerca das possibilidades de pesquisa em torno das categorias de classe, gênero, raça/etnia, geração e decolonialidade, bem como a recente legislação sobre/para mulheres; a história da profissão docente feminina; a feminização do magistério; as experiências e biografias de mulheres educadoras; as estatísticas relativas a gênero na educação; personagens femininas invisibilizadas e silenciadas; fontes, arquivos e registros de mulheres. No presente artigo, nosso objetivo é fazer uma revisão bibliográfica de estudos selecionados para discutir gênero, raça e interseccionalidades na docência feminina. Especificamente, pretende-se evidenciar discussões recentes sobre o escopo estudado, articuladas a trabalhos de referência na área de estudos, em especial, histórias e narrativas sobre mulheres no magistério. Os procedimentos metodológicos remetem a uma revisão da literatura sobre o tema e articulação das fontes aos escritos que fazem parte do conjunto da seção temática. Os resultados estão descritos em cada contribuição de pesquisa publicada nesta Seção, os quais assinalam a importância da pesquisa de gênero, raça, e classe na produção acadêmica.

Palavras-chave: mulheres; docência; gênero; interseccionalidades; educação.

WOMEN, TEACHING, AND INTERSECTIONALITY: research opportunities

Abstract

The Thematic Section on Gender, Race, and Intersectionality aims to bring together articles highlighting research on *Women, teaching, and intersectionality*. The proposal sought to gather a set of discussions regarding research possibilities centered on the categories of class, gender, race/ethnicity, generation, and decoloniality, as well as recent legislation concerning women; the history of the female teaching profession; the feminization of teaching profession; the experiences and biographies of women educators; gender-related statistics in education; invisible and silenced female figures; and sources, archives, and records regarding women. In this article, our objective is to conduct a literature review of selected studies to discuss gender, race, and intersectionality within female teaching. Specifically, we aim to highlight recent discussions on the scope of this study, linked to seminal works in the field, particularly histories and narratives regarding women in the teaching profession. The methodological procedures involve a literature review on the topic and the integration of sources with the writings that comprise this thematic section. The results are described in each research contribution published in this section, which underscore the importance of research on gender, race, and class in academic production.

Keywords: women; teaching; gender; intersectionality; education.

MULHERES, DOCENCIA E INTERSECCIONALIDADES: possibilidades de investigação

Resumen

La Sección Temática de la Línea de Investigación sobre Género, Raza e Interseccionalidad busca reunir artículos que recojan la investigación sobre *Mujeres, docencia e interseccionalidad*. La propuesta ha buscado reunir un conjunto de debates sobre las posibilidades de investigación en torno a las categorías de clase, género, raza/etnia, generación y decolonialidad, así como la legislación reciente sobre/para las mujeres; la historia de la profesión docente femenina; la feminización del magisterio; las experiencias y biografías de mujeres educadoras; las estadísticas relacionadas con el género en la educación; las figuras femeninas invisibles y silenciadas; las fuentes, los archivos y los registros de mujeres. En el presente artículo, nuestro objetivo es realizar una revisión bibliográfica de estudios seleccionados para analizar el género, la raza y la interseccionalidad en la docencia femenina. Específicamente, pretendemos destacar los debates recientes sobre el ámbito estudiado, en relación con trabajos de referencia en el ámbito de los estudios, en especial historias y narrativas sobre mujeres en el magisterio. Los procedimientos metodológicos consisten en una revisión de la literatura sobre el tema y la articulación de las fuentes con los escritos que forman parte de la sección temática. Los resultados se describen en cada una de las contribuciones de investigación publicadas en esta sesión, las cuales señalan la importancia de la investigación sobre género, raza y clase en la producción académica.

Palabras clave: mujeres; docencia; género; interseccionalidad; educación.

INTRODUÇÃO

De que mulheres estamos falando, quando falamos de mulheres?

Esta Seção Temática procura dar visibilidade às diferentes perspectivas em torno de pesquisas sobre mulheres e docência. São diferentes métodos, abordagens. Para quem o magistério representou a emancipação? Para quem o magistério é o lugar de sobrevivência? Para quem é o lugar de distinção?

A caminho da terceira década do século XXI, quando falamos de mulheres, vivemos um contexto muito diferenciado, quiçá, de 100 anos atrás. As mulheres já podem ler, escrever, trabalhar, votar, reivindicar seus direitos, fazer suas escolhas, manter ou romper laços, afetos e crenças, ter posições e decisões no público e no privado, protegidas por leis que repelem a misoginia e promovem a igualdade de gênero.

Em muitos setores da sociedade, as mulheres assumem mais posições de destaque, em circunstâncias decorrentes do estímulo das mulheres na ciência, na medicina, nas artes, nos serviços, nas profissões, nos concursos, nos cargos públicos, nas universidades, nas pesquisas e nas produções escritas. Em que pese os grandes avanços em relação a essa equiparação alcançada nos últimos 50 anos, o mundo que nos cerca ainda está envolto em um paradigma masculino. Guardadas as exceções locais e culturais, as cidades são masculinas, as ruas são masculinas, as praças são masculinas, os monumentos são masculinos, o relevo é masculino, assim como montanhas, rios, lagos e córregos, cortado por pontes, viadutos, túneis, canais, em grande parte denominados em homenagem a seus construtores, mas também a figuras eminentes de cada época, com a similaridade de serem homens.

Nesse contexto de dominação masculina da paisagem (Bourdieu, 2013), como não poderia deixar de ser, a história também é masculina, festejando os homens e suas lutas, sejam eles aristocratas, burgueses, intelectuais, trabalhadores e/ou proletários. É como se a história fosse um grande palco de homens, em que a mulher adentra a cena, em algum momento específico, somente em condições que justifiquem a sua presença naquele seleto grupo de pessoas do sexo masculino.

Destarte, é importante ressaltar os inúmeros esforços empreendidos para que se tenha mais mulheres na cena política, artística, científica e cultural, assim como na história, em busca de tirá-las do esquecimento, da invisibilidade, do apagamento, da desqualificação e da menos valia. No entanto, o projeto que procura reescrever o percurso historiográfico, trazendo as mulheres para a cena, caminha a passos muito lentos, seja pelas inúmeras camadas de tempo de invisibilidade que precisam ser transpostas, seja pela impossibilidade de recompor lacunas, cujos testemunhos não deixaram rastros (Koselleck, 2014).

Uma das perspectivas fundamentais que devemos abordar nesta história é a necessidade de recuperar a presença e a participação das mulheres nos diversos espaços sociais. Da mesma forma, é importante reconhecer que os registros históricos que hoje podemos recuperar estão estreitamente vinculados às próprias condições de vida das mulheres. Por isso, encontramos com frequência os nomes e/ou pseudônimos daquelas que desfrutaram de certos privilégios ou tiveram acesso a espaços de formação e expressão: mulheres pertencentes às elites ou às classes médias que puderam ter acesso à leitura e à escrita; escritoras, mulheres instruídas, cientistas ou vinculadas a círculos culturais que lhes permitiram deixar marcas mais visíveis na história. São elas que aparecem com maior clareza, embora não sem dificuldades, nos arquivos históricos.

Diferente é a situação das mulheres pobres, analfabetas, camponesas, trabalhadoras ou daquelas que participaram de revoluções e movimentos sociais, cujos nomes, rostos e trajetórias são muito mais difíceis de rastrear e documentar. Em muitos casos, suas experiências permanecem invisibilizadas e suas identidades continuam desconhecidas.

Daí a importância de analisar a história a partir de uma perspectiva interseccional, que permita compreender que as experiências das mulheres são atravessadas por múltiplas dimensões de desigualdade e privilégio, entre elas a origem social, o pertencimento étnico, a classe e o gênero. Somente por meio dessa abordagem é possível reconhecer as diferentes formas pelas quais as mulheres viveram, participaram e contribuíram para os processos históricos, bem como as razões pelas quais algumas conseguiram deixar vestígios nos registros documentais, enquanto outras foram sistematicamente excluídas da memória histórica.

Mesmo onde as mulheres tiveram pouco protagonismo até determinada época, de alguma forma, elas sempre estiveram presentes como no caso de Ada Lovelace (1815–1852)¹. Decerto havia alguma mulher nos cenários, pois, como esposas, filhas, governantas, trabalhadoras e operárias acompanharam o desenrolar dos acontecimentos, muitas vezes, envolvidas com eles, embora não tenham ficado marcadas nas circunstâncias históricas, que quase nunca se referem à presença feminina.

INVISIBILIDADES E DOCÊNCIAS NO FEMININO

Linda Nochlin (2022, p. 173), em seu ensaio clássico *Por qué no ha habido grandes mujeres artistas?*, afirma que na arte como em outros campos “[...] as circunstâncias, presentes e passadas, são embrutecedoras, opressivas e desalentadoras para todas aquelas pessoas, as mulheres entre elas, que não tiveram a boa fortuna de nascer brancas, preferivelmente de classe média e, sobretudo, homens”². De acordo com a autora, à pergunta *Por qué no ha habido grandes mujeres artistas?*, tenta-se dar uma resposta, com sentido de verdade, atribuindo esse fato ao problema da pobreza, ao

¹ Ela criou o primeiro algoritmo para a máquina analítica de Charles Babbage e previu que computadores processariam não apenas números, mas também músicas, textos e gráficos.

² Tradução livre do original espanhol.

problema racial, ao problema da mulher. Para a autora, as respostas estão na inversão dessa lógica, portanto, no problema da riqueza, no problema da branquitude e no problema dos homens, considerados como o sinônimo de seres humanos.

Uma das reflexões feitas por Nochlin (2022) acerca da escassez de mulheres nas artes é que ao gênero feminino se impunha uma escolha entre o matrimônio e a carreira, o que não era proposto aos homens. A autora atribui, ainda, uma dose de rebeldia, de inconformismo, às mulheres que escolheram ter uma carreira profissional, ainda mais quando se tratava de uma carreira artística. A única forma para abrir caminho e ser socialmente aprovada em um mundo masculino era possuir as características pessoais citadas e ter coragem de não acatar o papel somente de esposa e mãe, que todas as instituições sociais designavam, automaticamente, às mulheres. “Só ao adotar – ainda que seja mais ou menos a escondidas – os atributos masculinos da determinação, da concentração, da tenacidade e a absorção de suas ideias e suas habilidades próprias, tiveram e seguem tendo êxito as mulheres no mundo da arte”³ (Nochlin, 2022, p. 197).

A mesma proposição pode ser usada em relação às mulheres em outras profissões, inclusive nas primeiras inserções femininas como educadoras, preceptoras, professoras etc. Inicialmente, foi preciso romper com a hegemonia masculina, utilizando de algum tipo de inconformismo para se inserir nesse campo profissional, além de ter que demonstrar a capacidade de agir com a mesma competência e em condições semelhantes às dos homens.

Cabe lembrar que as mulheres na mitologia, em especial, as deusas e as ninfas, como afirma Alicia Marchant Riveira (2005, p. 24), eram vinculadas ao conhecimento intelectual, como protetoras das artes, da literatura, das atividades intelectuais, patronas das escolas e das manifestações da inteligência. Todavia, com a hegemonia do pensamento judaico cristão, esse protagonismo feminino existente nas religiões pagãs se perdeu e à mulher foram atribuídas as características de Eva. Essa representação da pecadora que levou o homem a segui-la e o desencaminhou da virtude e da paz paradisíaca, tornou a mulher, aos olhos dos primeiros teólogos da igreja católica, uma representação do mal, da tentação, dos vícios, das heresias e das bruxarias, portadora dos sentimentos mais rasos, como a calúnia, a inveja e a vingança. Para contê-las era preciso confiná-las ao ambiente doméstico, mantê-las caladas e limitar ao máximo o seu acesso ao conhecimento e, conseqüentemente, à leitura e à escrita.

Assim, as mulheres foram escondidas ao longo dos séculos, sendo temidas e vivendo nas sombras, confinadas em ambientes fechados, pois acreditava-se que ao se apropriar do conhecimento, como a metáfora da maçã oferecida a Adão, elas seriam capazes de mudar a ordem das coisas e do mundo como estava ordenado até então. Impedir e retardar essa possibilidade foi um dos fatores que restringiu o protagonismo feminino nas diferentes culturas ocidentais cristãs. De poderosas deusas adoradas pelos homens, passaram a pecadoras relegadas ao esquecimento e ao descrédito. Ainda assim, muitas conseguiram romper os paradigmas sociais existentes e se colocar em uma posição de destaque. Todavia, basta um breve olhar sobre os cânones biográficos históricos para perceber que neles figuram pouquíssimas mulheres.

Há poucas décadas, as mulheres reconquistaram a representação como intelectuais, inventoras, educadoras, sábias e perspicazes. Contudo, esse movimento teve que ser feito a partir de lutas, nas quais, inicialmente, as mulheres de classes operárias, que viviam nas periferias e submetidas a condições de trabalho mais duras e menos valorizadas que a dos homens, foram aquelas que se levantaram em busca da igualdade de gênero. Desde Olympe de Gouges, com a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, já se questionava a desigualdade entre homens e

³ Tradução livre do original espanhol.

mulheres, que negava oportunidades de vida e de trabalho a elas, mas não impedia que fossem igualmente condenadas, como se nota na frase emblemática da manifestante: se “a mulher tem o direito de subir ao cadafalso; ela deve ter igualmente o de subir à Tribuna” (2020, p. 45). Após mais de um século de lutas e reivindicações por seus direitos, em meio a avanços e retrocessos, as mulheres alcançaram o espaço de trabalho e de produção, para além das atividades domésticas e do confinamento da casa.

De acordo com Raquel Sánchez (2019, p. 10), o liberalismo do século XIX construiu tanto as instituições de Estado, como a narrativa que justificava terem deixado de lado metade da sociedade, as mulheres, que permaneceram sob a tutela do varão mais próximo a elas, o marido, o padre, o tutor etc. As mulheres estavam equiparadas do ponto de vista legal e político à infância. Todavia, foi o próprio discurso liberal que abriu as portas às demandas femininas. As mulheres aprenderam e copiaram as práticas masculinas para utilizar as mesmas plataformas e os mecanismos de reivindicação política, a fim de lutar por seus próprios direitos.

Sánchez (2019, p. 56) afirma que “[...] ensinar era um dos caminhos naturais para a expansão da mulher”, além dos seus limites domésticos. Essa profissão combinava muito bem com a missão que a ilustração havia outorgado à mulher, pois o papel de professora fazia sentido junto a uma expressão muito conhecida na época “os homens fazem as leis e as mulheres formam os costumes”. Assim, as mestras dos filhos e filhas no lar podiam ser também educadoras na sociedade, daí a preocupação dos ilustrados liberais com analfabetismo feminino. Se a mãe tinha que ser a primeira mestra dos filhos e filhas, era importante que recebesse educação e, pelo menos, soubesse ler e escrever.

A autora (Sánchez, 2019, p. 57) ainda pondera que “[...] a profissionalização da educadora ocorreu paralelamente a uma maior consciência política e social acerca da importância da educação feminina”. Desse modo, a educação das meninas foi a preocupação prioritária das mulheres, além da prática da beneficência, que era considerada adequada a elas desde o século XVIII. Igualmente, contribuiu para o estímulo à educação das mulheres, à preparação para que pudessem trabalhar e prover o próprio sustento, no caso de ficarem órfãs, solteiras, viúvas ou sem recursos por outra razão. Sánchez (Idem, *ibidem*) assinala que as primeiras mestras não foram educadoras no sentido moderno, ou seja, transmissoras de saberes, mas mulheres que se dedicavam a ensinar prendas domésticas, como costura, bordado e os ensinamentos morais e religiosos dados pela igreja católica a meninas. Somente no século XIX é que vai surgir, em diversos países, uma legislação para a formação de mestras, criando-se escolas normais a fim de legitimar essa diplomação.

No Brasil, o exercício da docência se tornou uma tarefa especializada a partir de meados do oitocentos, para a qual eram ensinadas matérias teóricas e práticas, úteis à capacitação profissional. É nesse período que surge a pedagogia baseada nas obras clássicas de intelectuais, como Comenius, que tratavam da didática e de suas concepções, embora o fizessem voltadas para os professores homens.

As primeiras escolas normais do país constituíram-se como uma, ou a única, possibilidade existente às mulheres, para além dos serviços artesanais. Desse modo, desde a sua criação, as escolas normais tornaram-se a opção de mulheres que buscavam uma profissão permitida e aceita para além das aspirações femininas do casamento e da maternidade. Diante desse cenário, no Brasil, o magistério público e privado, em seus primórdios, foi um dos setores em que a figura feminina esteve, majoritariamente, presente, além de possuir um notável destaque para ensinar crianças. Entretanto, nos registros desse campo, elas também foram emudecidas, omitidas ou excluídas pelas referências e tributos aos homens que, em número infinitamente menor, ocuparam os cargos de gestão dos sistemas de ensino como muitas vezes ocorre até os dias atuais. Embora elas estivessem nas escolas como professoras ou em funções pedagógicas nas administrações locais e nas

secretarias de educação regionais, eram os homens que majoritariamente ocupavam os cargos de comando, decidindo as questões referentes às escolas e à uma legião de mulheres dedicadas à educação de crianças e jovens.

Hoje, a carreira do magistério aparece nas estatísticas como sendo ocupada majoritariamente por mulheres. Elas são 97,2% de professoras atuando na Educação Infantil, 77,5% no Ensino Fundamental; 57,5% no Ensino Médio e 80,6% nos cargos de direção de escolas⁴. Esses números, que parecem grandiosos, já foram ainda maiores durante o período em que a profissão docente era assalariada com vencimentos baixos, apenas complementares à renda familiar, mas que, justamente por serem imputados a uma grande maioria de mulheres, eram considerados adequados e suficientes. Às professoras, adiantado o século XX, eram atribuídos estereótipos de sacerdócio, solteirice ou, quando casadas, aquelas que trabalhavam apenas para “comprar alfinetes”. Esse contexto não era atrativo aos homens.

Com a primeira grande greve que se iniciou em 21 de maio de 1979, no estado do Rio de Janeiro, e se espalhou pelo país (Ferreira, 2021), vencimentos maiores passaram a ser reivindicados, em especial, os salários passam dos “alfinetes” à cobrança de valores suficientes para prover uma família. À medida que essas manifestações se tornam recorrentes, com algum efeito sobre os salários de professores, a profissão vai atraindo outro público, para além das mulheres professoras. Ainda assim, o magistério permaneceu e ainda se mantém como uma profissão, cuja representação é, sobremaneira, feminina.

A Seção Temática em pauta buscou se referir a essas mulheres, professoras, em seu exercício docente, cercadas de diferenças, mas também de aproximações. Nosso objetivo foi trazê-las para a cena, discutindo gênero, raça e interseccionalidades na docência feminina. Especificamente, procuramos evidenciar discussões sobre o escopo estudado, articuladas a trabalhos de referência na área de estudos, em especial, histórias e narrativas sobre mulheres no magistério.

Nessa perspectiva, os procedimentos metodológicos envolveram uma articulação entre os artigos apresentados, a fim de evidenciar a literatura e as fontes sobre mulheres, nas pesquisas que fazem parte do conjunto da seção temática. Os resultados estão descritos em cada contribuição de estudo publicado nesta seção, os quais assinalam a importância da pesquisa de gênero, raça e classe na produção acadêmica.

ESTUDOS SOBRE MULHERES ALUNAS E PROFESSORAS

A presente Seção Temática apresenta 17 artigos sobre a temática que evidencia as mulheres na função docente e como alunas da formação para o magistério, além de contar com a entrevista realizada pela professora Terciane Ângela Luchese com a professora Maria Teresa Santos Cunha. Intitulada “O extraordinário no ordinário: um diálogo com Maria Teresa Santos Cunha”, a conversa entre as duas professoras, embora separadas por gerações, demonstra uma narrativa sensível, que envolve ambas as mulheres em suas múltiplas faces de professoras, mães, esposas, pesquisadoras e produtoras de importantes saberes na história da educação.

Maria Teresa Santos Cunha, que é reconhecida por suas importantes contribuições à história da educação, conta um pouco da sua trajetória de formação acadêmica, profissional e pessoal, a construção de objetos investigativos, os principais referenciais teórico-metodológicos e

⁴ Informação retirada do site INEP/MEC. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/censo-escolar/mec-e-inep-contextualizam-resultados-do-censo-escolar-2024>>.

as amizades intelectuais que reverberam em parcerias e produções científicas. A entrevistadora e a entrevistada traçam um texto leve, que aguça a curiosidade e nos faz pensar em nossas próprias camadas do ser feminino e em nossas paixões investigativas, como as que movem os estudos e a existência da professora Maria Teresa Santos Cunha.

O artigo “Ser mulher e (não) ser docente: interseções no caso da escritora Alciene Ribeiro Leite”, de Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro, Elizabeth Figueiredo de Sá e Marina Baduy, foca na formação normalista da escritora Alciene Ribeiro Leite, desde sua entrada em colégio Normal público até a cotidianidade nesse espaço, marcada por suas circunstâncias de vida como esposa de político cassado pelo regime militar, mulher de classe média e mãe de três crianças. O curso Normal modificou essa condição e deu a ela uma identidade de mulher moderna, muito além de ser professora.

Escrito por Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França, Wanessa Silva de Oliveira e Mário Allan da Silva Lopes, o artigo “Walkíria Costa na Guerrilha do Araguaia: educação, memória e resistência” descreve as experiências educativas da militante na Guerrilha do Araguaia, focalizando as representações construídas sobre a imagem da guerrilheira a partir de disputas de memória e preconceitos de gênero, tendo como base o período entre 1966 e 1974.

O texto “Quando a subversão também educa: o caso da militante política de esquerda Maria Teresa de Lemos Vilaça”, de Raylane Andreza Dias Navarro Barreto, Tayanne Morais e Maria Eduarda Coutinho Oliveira Santos, tem como foco a trajetória de formação política da professora Maria Teresa de Lemos Vilaça, militante de esquerda durante o regime Civil-Militar (1964-1985). As autoras revelam como a atuação de Maria Teresa Vilaça com a causa dos trabalhadores do campo, o movimento estudantil e os partidos políticos de esquerda foram primordiais para sua formação política e ética.

Em “Entre moçoilas e moças decadentes: a representação da virgindade e do silenciamento feminino na ficção paraense”, Laura Maria Araújo Alves e Guthemberg Felipe Martins Nery analisam as representações literárias da virgindade feminina na ficção paraense dos decênios iniciais do século XX. As moçoilas eram idealizadas sob o imperativo da pureza virginal e submetidas a uma vigilância obsessiva, tanto no âmbito doméstico quanto no espaço público. É nesse universo que se encontram as normalistas, alunas e professorandas, cuja representação de pureza e recato fazia parte da ordem social vigente no Pará na época pesquisada.

De autoria de Arthur Rodrigues de Lima, Fabiana Sena da Silva e Maria Eulina Pessoa de Carvalho, o artigo “Nadezhda Krupskaya na imprensa brasileira: Educação, gênero e anticomunismo (1924-1940)”, analisa as representações de Nadezhda Konstantinovna Krupskaya na imprensa brasileira entre 1924 e 1940, buscando compreender como sua trajetória foi apropriada em meio às disputas políticas e ideológicas da Era Vargas, além de problematizar como os jornais brasileiros construíram discursos sobre a pedagoga soviética, articulando questões de gênero, educação e anticomunismo.

A relação da educação e identidade negra da professora cubana Sandra Haydée Petit foi o foco do artigo “Biografia da professora Sandra Haydée Petit educação e identidade negra de uma imigrante cubana (1970-1994)”, de Dória Karenina Castro de Almeida e Lia Machado Fiuza Fialho. O estudo interpela a relação da educação e identidade negra da professora da Universidade Federal do Ceará, evidenciando sua ancestralidade materna, os movimentos de luta e o sentimento de pertencimento às suas origens.

O artigo “Entre o claustro e a classe: agência feminina e tensões educativas em São Paulo” escrito por Miriam Fernandes Muramoto, analisa a atuação de congregações católicas femininas e as tensões estabelecidas com a hierarquia eclesiástica, no campo educacional paulista das primeiras

décadas do século XX. A autora investiga as formas de agência mobilizadas por essas mulheres na condução de seus projetos educativos, embora submetidas a mecanismos de controle institucional.

Aline Roberta Santos Cardoso Silva e Carolina Aranha são as autoras do texto “O que uma preta sabe de Química”? Trajetória interseccional e docência insurgente da primeira doutora preta em Química no Maranhão”. Centrado na narrativa de Vera Lúcia Neves Dias, primeira mulher preta maranhense a conquistar o título de doutora em Química, o estudo evidencia uma prática de insurgência epistêmica que, ao propor novas formas de pensar e ensinar ciências, subverte o lugar da subalternidade em um espaço de produção crítica.

O artigo “Mulheres docentes nas ciências exatas: violências estruturais e narrativas de assédio no ensino superior”, de Debora Marques Santos e Manuella Carrijo, objetiva compreender, a partir da perspectiva da interseccionalidade, como as trajetórias acadêmicas e profissionais de mulheres docentes vinculadas a cursos de Ciências Exatas — licenciatura e bacharelado — da Universidade Federal de Alenas e da Universidade Federal de Itajubá, no Brasil, são atravessadas por diferentes formas de violência estrutural.

Laise Evangelista de Miranda e Welington da Costa Pinheiro no artigo “‘É preciso ter muita dedicação e amor’: a luta das lideranças comunitárias femininas em prol das pré-escolas da Sacramenta-PA (1987-1991)”, discorrem sobre a temática do envolvimento de mulheres enquanto líderes de centros comunitários e clubes de mães na defesa da educação pré-escolar no bairro da Sacramenta em Belém do Pará, nos anos de 1987 a 1991.

Em “Histórias de mulheres, histórias da escola: memórias e experiências docentes em comunidades ribeirinhas”, Cleidison de Jesus Rocha, Maria Aldecy Rodrigues de Lima e Mariozan Nunes Ferreira discutem o protagonismo feminino na constituição da educação escolar em comunidades ribeirinhas do município de Mâncio Lima, no estado do Acre, a partir das memórias e experiências de professoras que atuaram ou atuam em escolas localizadas às margens dos rios Môa e Azul.

O artigo “Dona Mariinha entre crianças e memórias: educação em um Quilombo do São Francisco”, escrito por Luis Osete Ribeiro Carvalho, Stela Guedes Caputo e Alynne Christian da Veiga, discute as experiências educativas protagonizadas por Dona Mariinha, mulher negra quilombola da comunidade Mata de São José, no Território Quilombola Águas do Velho Chico, no sertão do São Francisco.

Em “Da identidade negra à práxis antirracista: relatos de mulheres negras na docência”, Talita Maria da Rocha e Leandro Teófilo de Brito discutem a produção de relatos de mulheres negras docentes, atuantes em escolas públicas da cidade do Rio de Janeiro, que se propõem a desenvolver um trabalho antirracista em seus espaços educativos, com práticas pedagógicas que são construídas e vivenciadas cotidianamente.

O artigo “Interseccionalidade na pesquisa sobre mulheres docentes: uma revisão integrativa”, de Lívia Cardoso, André Luiz França Alves e Kewin Leonardo Santana Costa, problematiza as invisibilidades e as possibilidades de reconfiguração epistemológica que emergem quando se entrelaçam gênero, raça e outros marcadores na investigação em educação.

Escrito por Maristela Midlej Araujo Veloso e Edméa Oliveira dos Santos, o artigo “Redes da criação: autoria de professoras negras (ciber)ativistas na educação universitária online” analisa as práticas, narrativas e artefatos produzidos por duas professoras universitárias em diferentes espaçotempos do ciberespaço, buscando compreender seus movimentos de criação no interior das redes educativas. As autoras sinalizam os indicadores na formação docente: colaboração em redes, constituição de “quilombos virtuais”, escritivências em múltiplas linguagens e indissociabilidade entre formação e docência.

O artigo “Ser mulher e ser professora: quais os limites existem neste dilema?”, de Analice Alves Marinho Santos e Paulo de Tarso Xavier Sousa Junior, que discutem os limites entre o gênero e a profissão docente dentro de um sistema capitalista e, sobretudo, patriarcal. Os autores fecham a seção *Mulheres, docência e interseccionalidades* com uma reflexão importante para a análise de quantos passados ainda existem no presente, relacionados à condição feminina e sua profissão mais aderente: a docência.

O último artigo da seção temática intitula-se “Entre Giz, memória e interseccionalidade: narrativas de professoras das classes populares”, de Ana Machado e Lucilia Augusta Lino, e analisa as narrativas de professoras alfabetizadoras que atuaram em escolas públicas das classes populares, com o objetivo de compreender como suas trajetórias de vida e atuação profissional revelam os atravessamentos de gênero, raça, classe e geração na constituição da docência feminina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir sobre mulheres em contextos, épocas e culturas distintas é um exercício de interpretação de universos desiguais, mas também de uma similaridade de vivências que atravessa gênero, raça e interseccionalidades, ainda mais quando se trata de professoras.

Ângela Atienza López, em sua “história da sororidade” (2022, p. 37), afirma que uma das principais formas de manter as mulheres submissas era destiná-las à falta de conhecimento e à ignorância sobre as lutas e os logros da história feminina. Esse silenciamento levaria a um imaginário passivo da feminilidade, no qual as mulheres acreditavam na ideia de que a ação feminina na história era nula, sendo inclusive proibido falar daquelas que tivessem rompido com a submissão e a passividade. Assim, moldava-se uma feminilidade que não parecia ter outro paradigma se não aquele que era atribuído à “natureza das mulheres”: à fragilidade, à debilidade, à vulnerabilidade e à delicadeza, com poucas possibilidades de aprenderem assuntos mais complexos.

Sob outra perspectiva, Maria Antônia Lopes (1989) sinaliza que uma das maiores transformações que as mulheres imprimiram a si próprias foi a educação, ou seja, quando elas buscaram capacidade intelectual, a partir das aprendizagens conquistadas, lograram desconstruir a ordem e a imagem infantilizada da necessidade premente de alguém para conduzi-las. Na clivagem de rompimento com os estereótipos e as estruturas de aprisionamento às tarefas domésticas, um dos primeiros passos dados pelas mulheres após o letramento foi buscar o ofício docente. A docência serviu como um lugar intermediário entre a vida confinada ao lar e a atuação nos espaços públicos, nos quais as mulheres se colocaram para, a seguir, dar passos mais longos.

Aquelas que aprenderam a ler e escrever aspiraram também ensinar e, da casa para as escolas, fizeram um caminho sem retorno, o qual possibilitou uma base segura para as lutas que se sucederiam. Contudo, como demonstram Paula Perin Vicentini e Rosário Genta Lugli (2009), é impossível contar uma única história de professoras no Brasil. Um país continental, com características regionais marcantes, evidencia que o ser professora está muito além de uma categoria homogênea, mas é composto por múltiplas motivações, contingências e circunstâncias de cada lugar e época. Os artigos em pauta nesse dossiê, com foco na profissão docente articulada às interseccionalidades, demonstram um pouco dessa diversidade.

REFERÊNCIAS

- ATIENZA LÓPEZ, Ángela. Historia de la sororidad en la Edad Moderna. Perspectivas y problemas de un camino de investigación por recorrer. In: ATIENZA LÓPEZ, Ángela (ed.). *Historia de la sororidad, historias de sororidad: Manifestaciones y formas de solidaridad femenina en la Edad Moderna*. Madrid: Marcial Pons Historia, 2022. p. 37-85.
- BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Tradução de Júlia Ferreira. Lisboa: Editora Relógio D'Água, 2013.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *MEC e Inep contextualizam resultados do Censo Escolar 2024*. Brasília, DF: Inep, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/censo-escolar/mec-e-inep-contextualizam-resultados-do-censo-escolar-2024>. Acesso em: 25 jun. 2026.
- GOUGES, Olympe de. *Avante, mulheres!* Declaração dos direitos da mulher e da cidadã e outros textos. Tradução de Leandro Cardoso Marques da Silva. São Paulo: Edipro, 2020. p. 45.
- FERREIRA, Cláudia (org.). *A Greve de 79 quarenta anos depois*. Rio de Janeiro: CACES; PROPED - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação – UERJ, 2021.
- LOPES, Maria Antónia. *Mulheres, espaço e sociabilidade: a transformação dos papéis femininos em Portugal à luz de fontes literárias (segunda metade do século XVIII)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1989.
- KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre a história*. Tradução de Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2014.
- NOCHLIN, Linda. *Mujeres, arte y poder y otros ensayos*. Tradução de Mela Dávila-Freire. Barcelona: Editorial Planeta, 2022.
- RIVEIRA, Alicia Marchant. Mujer, mitología y cultura escrita. In: GONZÁLEZ DE LA PEÑA, Maria del Val. *Mujer y cultura escrita. Del mito al siglo XXI*. Gijón: Ediciones Trea, 2005.
- VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. *História da profissão docente no Brasil: representações em disputa*. São Paulo: Cortez, 2009. 234 p. (Biblioteca Básica da História da Educação Brasileira; v. 4).

Submetido em julho de 2026

Aprovado em julho de 2026

Informações das autoras

Alexandra Lima da Silva
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
E-mail: prof.alexandrasilva@elekouerj.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0310-7896>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3035434886894830>

Blanca Susana Vega Martínez
Universidad Autónoma de San Luis Potosí
E-mail: susana.vega@uaslp.mx
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5298-9442>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5715044363021265>

Maria Celi Chaves Vasconcelos
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
E-mail: maria2.celi@gmail.com
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-3624-4854>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9511377122315447>